

2º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AGENTES
UNIVERSITÁRIOS - 2015

TÉCNICO EM ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS

Candidato:	inscrição - nome do candidato		
Curso:	código - nome / turno - cidade		
Local de Prova:	nome do local de prova		
Cidade de Prova:	município de prova		
Sala de Prova:	numero	Carteira de Prova:	número
Assinatura do(a) candidato (a): _____			

Observações

1. CADERNO DE PROVAS: Este caderno contém a prova de **TÉCNICO EM ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS**, que é constituída de **TRINTA (30)** questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta.

2. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as **30** questões que deve conter.

3. CARTÃO DE RESPOSTAS: Verifique se as informações que constam no seu cartão resposta estão corretas. Se os dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Oportunamente, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.

4. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS: Verifique seus dados impressos nesta folha. Use caneta esferográfica **PRETA** para preencher **TODO** o quadrículo (a marcação indevida anula a resposta dada na questão). Entregue o cartão-resposta **ASSINADO** no local indicado. Não amasse, não dobre e não suje o cartão-resposta, sob pena do não-reconhecimento das respostas pelos equipamentos de leitura.

5. PERMANÊNCIA NA SALA: É vedado sair da sala de provas antes das **10:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **12:30** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.

6. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO: Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas. Pode, contudo, levar consigo o caderno de provas.

7. DECLARO TER RECEBIDO O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Brasil ainda gasta pouco com saúde, afirmam especialistas

“Diferentemente dos países europeus, que tiveram mais tempo para se adequar, estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população.” A transição demográfica, afirmou nesta segunda (31) o diretor-presidente da *Anvisa*, Jarbas Barbosa, determina a necessidade da adaptação do sistema de saúde brasileiro, para prevenir e tratar doenças ligadas ao envelhecimento.

Barbosa participou da primeira mesa do Fórum Tecnologia e Acesso à Saúde, ao lado de José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde e diretor-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde/Isag, e de Marcos Boscolo, sócio da KPMG e Líder Healthcare, sobre as dificuldades do acesso à saúde e como soluções tecnológicas podem ajudar a superá-las. O debate foi mediado por Cláudia Colucci, repórter especial da *Folha*.

Para o diretor da Anvisa, há uma impressão falsa no país de que se gasta o suficiente em saúde. No entanto, disse ele, dos 9,7% dos gastos em saúde em relação ao PIB, apenas 4,7% corresponde ao gasto público.

“Nenhum país que tenha um sistema universal de saúde tem um percentual igualmente baixo”. Os países europeus têm um gasto aproximadamente 7, 8 vezes maior por habitante que o Brasil.

José Gomes Temporão cita como preocupante para todo o funcionamento do sistema de saúde o estudo divulgado pelo IBGE em 21 de agosto, segundo o qual 60% da população brasileira está acima do peso. “Estamos nos aproximando velozmente do padrão americano e isso aumenta consideravelmente os custos do sistema”. Para o ex-ministro, falta legislação que ajude a intimidar o consumo de itens que contribuem para esse quadro. “[O Congresso] É incapaz de regular a propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis.”

Temporão afirma haver confusão entre tecnologias de última geração e assistência médica. O acesso a direitos estaria subordinado a desejos da “indústria da saúde”.

Para o ex-ministro, os avanços tecnológicos geralmente beneficiam “apenas umas casta de cidadãos”. Segundo ele, o Brasil seria uma rara exceção em que a ampliação da tecnologia se deu de forma mais igualitária, graças ao SUS.

“Deveríamos estimular o reconhecimento do sistema público de saúde como um patrimônio fundamental para a justiça social e a democracia brasileira, como parte do processo civilizatório e que deve ser fortalecido”.

SMARTPHONES

Último a falar, Marcos Boscolo sugeriu que o acesso à tecnologia deve partir do “empoderamento das pessoas na gestão da saúde”. Isso seria, por exemplo, permitir às pessoas monitorar sua saúde a partir de smartphones e indicadores objetivos. Esses indicadores viriam dos hospitais, que deveriam contar com bancos de dados para mapear o perfil da população e gerir o sistema.

Boscolo em seguida apontou a desigualdade regional brasileira como um problema grave para o sistema de saúde. Enquanto 44% da população paulista tem um plano de saúde privado, o percentual em alguns estados do Norte e do Nordeste é de 7%. Além do mais, os profissionais da saúde deixam essas regiões para se estabelecer nos grandes centros, criando um problema de falta de mão-de-obra qualificada.

Para Temporão, “é inviável um sistema em que as pessoas buscam um especialista sem passar por um generalista”, como ocorre na Inglaterra e no Canadá, países que inspiraram o modelo do SUS.

“Ainda não utilizamos adequadamente tecnologias disponíveis há algumas décadas”, disse Barbosa, da Anvisa. Melhorar a formação do profissional de saúde, integrar os serviços e rever parte da regulação do sistema seriam os passos para superar o problema, segundo ele.

(Philippe Scerb - colaboração para a *Folha de São Paulo*, visualizado em 31 de agosto de 2015.)

1. Qual a relação, produzida no texto, entre a saúde e o uso das tecnologias?

A.	Segundo o texto, não usamos as tecnologias como deveríamos.
B.	Não há relação entre a saúde e o uso das tecnologias, segundo o texto.
C.	A relação se baseia num uso narcisista dos smartphones pela população.
D.	Sobretudo, a relação entre um automonitoramento com o auxílio dos smartphones.
E.	A relação estaria num uso específico de redes wi-fi para o monitoramento da saúde dos pacientes.

2. Em: “Estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população” significa, segundo o texto, que	
A.	alguma doença está afetando a população a ponto de jovens aparentarem mais idade do que têm.
B.	os jovens estão ficando velhos cada vez mais cedo em virtude da falta de planejamento individual.
C.	o envelhecimento da população está ligado à publicidade que promove à ingestão de álcool e de alimentos inadequados.
D.	diferentemente da Europa, os nossos jovens se envolvem com álcool e drogas muito cedo e isso produz um envelhecimento acelerado.
E.	a população brasileira tem uma maior expectativa de vida e isso produz uma população mais velha sem que se tenha um sistema de saúde eficiente.

3. Segundo um dos palestrantes, só NÃO é possível apontar como um dos grandes problemas para o sistema de saúde:	
A.	Os baixos salários dos profissionais da área de saúde nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo.
B.	Os profissionais da saúde deixam as regiões Norte e Nordeste para se estabelecer nos grandes centros.
C.	A falta de mão-de-obra qualificada em certas regiões por conta de migração dos profissionais de saúde para os grandes centros.
D.	O grande fosso de desigualdades entre algumas regiões do país, sobretudo entre o Sul e o Sudeste, de um lado, e o Norte e Nordeste, do outro.
E.	Enquanto 44% da população paulista tem um plano de saúde privado, o percentual em alguns estados do Norte e do Nordeste não atinge 10%.

4. Em “A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis”, o ex-ministro refere-se	
A.	às propagandas de cerveja cuja exploração do corpo feminino é imoral e as propagandas de alimentos infantis cujo controle não é realizado adequadamente.
B.	às grandes quantidades de propagandas de cerveja que estimulam o seu consumo e as propagandas de alimentos infantis naturais.
C.	às propagandas que exploram as crianças sem se responsabilizarem pelo excesso de trabalho a que são submetidas e ao excesso de propagandas de bebidas alcoólicas.
D.	às propagandas de alimentos infantis que estimulam o consumo de açúcar, por exemplo, sem uma indicação específica e a às propagandas de cerveja cujas imagens são imorais.
E.	às propagandas de alimentos infantis que veiculam seus produtos sem preocupação com a qualidade dos alimentos e ao excesso de propagandas de bebidas que estimulam o consumo.

5. Em “Para o ex-ministro, os avanços tecnológicos geralmente beneficiam “apenas umas casta de cidadãos?”. A expressão “ex-ministro” refere-se a	
A.	Jarbas Barbosa.
B.	Philippe Scerb.
C.	Cláudia Colucci.
D.	Marcos Boscolo.
E.	José Gomes Temporão.

MATEMÁTICA

6. Uma construtora vendeu 6 apartamentos pelos preços apresentados no quadro abaixo. Com base nas informações do quadro é correto afirmar que o preço médio foi

Apartamento	Valor
1	R\$ 100.000,00
2	R\$ 100.000,00
3	R\$ 120.000,00
4	R\$ 130.000,00
5	R\$ 150.000,00
6	R\$ 210.000,00

- | | |
|----|-----------------|
| A. | R\$ 100.000,00. |
| B. | R\$ 125.000,00. |
| C. | R\$ 135.000,00. |
| D. | R\$ 155.000,00. |
| E. | R\$ 175.000,00. |

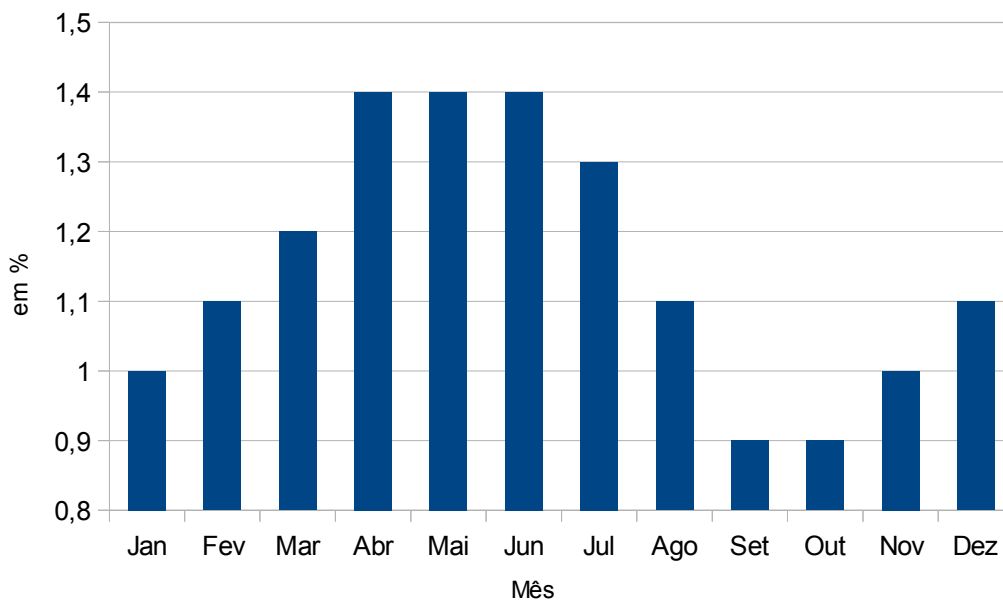
7. Sabe-se que em determinada cidade, com população de 330.000 habitantes, 11% da população tem mais de 65 anos. Assim é correto afirmar que esta porcentagem corresponde a

- | | |
|----|---------|
| A. | 36.200. |
| B. | 36.300. |
| C. | 36.400. |
| D. | 36.500. |
| E. | 36.600. |

8. É correto afirmar que a solução da equação $3x+5=8$ é

- | | |
|----|------|
| A. | -1 . |
| B. | 0 . |
| C. | 1 . |
| D. | 2 . |
| E. | 3 . |

9. O gráfico abaixo apresenta a inflação mensal de determinado país no período de um ano. Com base nas informações do gráfico é correto afirmar que



- | | |
|----|--|
| A. | No período o índice mais alto foi 1,5 %. |
| B. | De janeiro à março a inflação não aumentou. |
| C. | No período o índice mais baixo foi 1 %. |
| D. | Os índices registrados em setembro e outubro foram iguais. |
| E. | O índice registrado em agosto foi de 1,2 %. |

10. A função $f(x)=2,5x$ representa o consumo de água acumulado $f(x)$, de uma residência, durante os x primeiros dias de um mês. Aqui $f(x)$ é medido em metros cúbicos. Assim é correto afirmar que em 12 dias o consumo acumulado, em metros cúbicos, desta residência é

- | | |
|----|-----|
| A. | 5. |
| B. | 12. |
| C. | 24. |
| D. | 25. |
| E. | 30. |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS

11. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público e privado) do Brasil que vai da educação básica à educação superior. Na história do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os níveis e modalidades de educação e de ensino. A educação brasileira conta ainda com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis de educação nacional. São elas: a educação especial; a educação a distância; a educação profissional e tecnológica; a educação de jovens e adultos; a educação indígena. Desta forma, podemos afirmar que os cursos de graduação em administração, agronomia, ciências contábeis, ciência da computação, ciências econômicas, ciências sociais, engenharia agrícola, engenharia civil, engenharia de pesca, engenharia elétrica, engenharia química, engenharia mecânica, direito, enfermagem, farmácia, fisioterapia, hotelaria, medicina, odontologia, química, secretariado executivo, serviço social, turismo e zootecnia oferecidos pela Unioeste, fazem parte da

A.	Educação Básica.
B.	Educação Profissional e Tecnológica de nível médio.
C.	Educação de Jovens e Adultos.
D.	Educação Superior.
E.	Educação Especial.

12. Políticas Públicas compreendem um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As Políticas Públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou como outros bens materiais ou imateriais. Nesse sentido é importante distinguir o que é uma Política Pública e uma Decisão Política. Uma Política Pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma Decisão Política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências expressando a vontade daquela escolha. Assim, embora uma Política Pública implique numa Decisão Política, nem toda Decisão Política chega a constituir uma Política Pública. Das afirmativas abaixo, assinale aquela que representa uma Política Pública.

A.	A criação de um partido político como forma de organização partidária.
B.	A aprovação de uma emenda constitucional para a reeleição presidencial.
C.	A preservação do meio ambiente e da água para proteger este bem de uso coletivo.
D.	Sensibilizar a população através da mídia (jornal e televisão) apoiando greves dos trabalhadores e mobilização das pessoas.
E.	Pagar corretamente os seus tributos e impostos aos governos: municipais, estaduais e federal.

13. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola e define a intencionalidade e as estratégias da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para a execução dos objetivos estabelecidos. Porém, só poderá ser percebido dessa maneira, se assumir uma estratégia de gestão democrática, ou seja, se for baseado na coletividade. Ele será eficaz na medida em que gera o compromisso dos atores da escola com a proposta educacional e com o destino da instituição. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho. De acordo com as normas educacionais, pode-se afirmar que o Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado

A.	pela comunidade escolar, ou seja, com a participação de professores, funcionários, pessoal técnico-administrativo, alunos e pais envolvidos no processo educacional.
B.	pela Secretaria de Educação ou Ministério da Educação.
C.	por entidades de classes e políticos municipais e estaduais.
D.	apenas pelo dirigente da escola ou da instituição.
E.	por empresa especializada em projetos de gestão escolar.

14. A gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. Apesar de as lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade fazerem parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade há algumas décadas, essas se intensificaram a partir da década de 1980, resultando na aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal (art. 206). A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do sistema educacional, na construção de um currículo pautado na realidade local e na integração entre os agentes envolvidos na escola e no apoio efetivo da comunidade, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

Indique a alternativa INCORRETA, entre os mecanismos de participação coletiva que podem ser criados na âmbito da escola, para colaborar com a gestão democrática.

A.	Conselho Escolar.
B.	Conselho de Classe.
C.	Associação de Pais e Mestres.
D.	Grêmio Estudantil.
E.	Conselho Tutelar.

15. Considerando o Estatuto que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público, que percebe dos cofres estaduais vencimentos ou remuneração pelos serviços prestados.
B.	Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.
C.	É vedada a atribuição, ao funcionário, de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias do seu cargo, como tal definidas em lei ou regulamento, ressalvado o caso de readaptação por redução da capacidade física e deficiência de saúde.
D.	A nomeação em caráter efetivo para cargo público dispensa a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as exceções legais.
E.	Os cargos podem ser de provimento efetivo ou de provimento de comissão.

16. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a proibição ao funcionário público.	
A.	Retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento do órgão, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos.
B.	Valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar às suas funções de acordo com as formalidades legais.
C.	Receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função.
D.	Revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão do cargo ou função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo.
E.	Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função.

17. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e pertencem ao exercício financeiro	
A.	as receitas nele arrecadadas e as despesas fixadas para o ano seguinte.
B.	as receitas previstas e as despesas fixadas do exercício financeiro anterior.
C.	as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
D.	as receitas nele previstas e as despesas não empenhadas.
E.	nenhuma das alternativas anteriores.

18. Assinala a alternativa INCORRETA em relação aos empenhos.	
A.	Tem por objetivo respeitar o limite das dotações orçamentárias.
B.	Podem exceder ao montante dos créditos orçamentários da ação.
C.	Sua emissão deduz o seu valor da dotação orçamentária total do respectivo programa de trabalho.
D.	São prévios às despesas, ou, anteriores a realização dos gastos.
E.	A quantia empenhada torna-se indisponível para o novo empenho, a menos que o seja estornado.

19. Um fornecedor realizou uma entrega conforme ordem de compra e nota de empenho emitidos por um determinado órgão público, o servidor que recebeu os produtos atestou o recebimento na nota fiscal. Em qual estágio a despesa pública se encontra neste momento?

A.	Demonstração.
B.	Liquidação.
C.	Pagamento.
D.	Arrecadação.
E.	Fixação.

20. A Administração Pública realiza licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. São modalidades de licitação:

A.	Cadastro, tomada de preços, convite, concurso, leilão concorrência.
B.	Ata de registro de preço, convite, concurso, leilão e pregão.
C.	Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão.
D.	Maior oferta, concorrência, melhor técnica, tomada de preço e convite.
E.	Concorrência, pesquisa de preços, convite, concurso, leilão.

21. A licitação destina-se a

A.	Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.
B.	Promover o desenvolvimento nacional sustentável.
C.	Processar e julgar em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa.
D.	Atender aos requisitos do instrumento convocatório, ou seja, o edital.
E.	Todas as alternativas então corretas.

22. Avalie as afirmações abaixo sobre contratos administrativos e assinale a alternativa INCORRETA.

A.	É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento.
B.	Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
C.	A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
D.	Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
E.	Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de vigência de um contrato administrativo pode ser indeterminado.

23. As organizações governamentais quando detectam a existência de necessidades ou desejam implementar suas políticas públicas, formulam programas, projetos e atividades de interesse recíproco, entre órgãos sem fins lucrativos, e disponibilizam recursos aplicáveis ao objeto pretendido, estabelecendo instrumentos jurídicos denominados

A.	termo de referencia, contratos de repasses e termos de cooperação.
B.	convênios, contratos de repasses e cartas de créditos.
C.	contratos de repasses, termo aditivo, e cartas de créditos.
D.	convênios, contratos de repasses e termos de cooperação.
E.	termo de recebimento, contratos de repasses e convênios.

24. Os termos de convênios administrativos e contratos administrativos são acordos de vontades entre as partes envolvidas. Assinale a alternativa que define a principal diferença entre eles.

A.	Convênios: vontades convergentes, marcado pela mútua colaboração. Contratos: conclui-se na entrega de um bem ou serviço em troca de remuneração.
B.	Convênios: acordos que convém as partes, marcados por vontades antagônicas. Contratos: se espera a entrega de um bem ou serviço em troca de remuneração.
C.	Convênios: precisam de prestação de contas e visam lucros. Contratos: acordo de vontades que não se somam apenas se juntam, pois são opostas.
D.	Convênios: vontades que não convergem, marcado pela parceria. Contratos: conclui-se na entrega de um bem ou serviço em troca remuneração.
E.	Convênios: não precisam ser formalizados e publicados em imprensa oficial. Contratos: precisam ser formalizados e publicados para garantir sua eficácia.

25. Termo de referência é o documento apresentado quando o objeto do convênio, contrato de repasse envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto. É correto afirmar que

A.	o termo de referência é submetido ao concedente somente no momento da prestação de contas.
B.	o termo de referência é parte integrante do instrumento de convênio e submetido a parte proponente.
C.	o termo de referência é parte integrante da proposta de convênio e submetido a parte concedente.
D.	o termo de referência é primeiramente executado e posteriormente submetido ao concedente para aprovação.
E.	o termo de referência pode ser alterado sem a prévia anuência do concedente.

ESTATUTO E REGIMENTO DA UNIOESTE

26. A UNIOESTE é constituída por campi que se organizam por áreas de conhecimento, articuladas através de unidades denominadas centros. Compõe a estrutura da Universidade os campi de

A.	Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.
B.	Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo.
C.	Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão.
D.	Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.
E.	Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Toledo.

27. O Reitor e o Vice-Reitor são escolhidos, compondo a mesma chapa, através de consulta a comunidade acadêmica, para mandato de

A.	cinco anos.
B.	dois anos.
C.	três anos.
D.	oito anos.
E.	quatro anos.

28. A Administração Superior da Unioeste tem, como órgão máximo normativo e deliberativo,

A.	a Reitoria
B.	o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
C.	o Conselho de Campus.
D.	o Conselho Universitário.
E.	o Conselho de Centro.

29. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança e adolescente, respectivamente, para os efeitos desta lei,

A.	até doze anos de idade incompletos, e entre doze e dezoito anos de idade.
B.	até doze anos.
C.	de doze até dezoito anos de idade.
D.	até 21 anos.
E.	entre doze e vinte e um anos de idade.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, Art. 54, § 3º, a responsabilidade de recensear os alunos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar pela frequência compete a/o

A.	escola.
B.	família.
C.	professor.
D.	poder público.
E.	conselho tutelar.